

VIII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

**TEORIAS DA JUSTIÇA, DO DIREITO, DA DECISÃO,
DA ARGUMENTAÇÃO E DO REALISMO JURIDICO**

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

T314

Teorias da justiça, do direito, da decisão, da argumentação e do realismo jurídico [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI
Coordenadores: José Alcebiades De Oliveira Junior; Robison Tramontina; Rubens Beçak. – Florianópolis: CONPEDI, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-128-8

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito Governança e Políticas de Inclusão

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Teorias da justiça. 3. Argumentação e realismo jurídico. VIII Encontro Virtual do CONPEDI (2; 2025; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VIII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

TEORIAS DA JUSTIÇA, DO DIREITO, DA DECISÃO, DA ARGUMENTAÇÃO E DO REALISMO JURIDICO

Apresentação

Este GT - apresenta-se como um interessante espaço para a discussão dos assuntos nele elencados, tais como o tema da Justiça, do Direito, da Decisão, da Argumentação e do

Realismo jurídico, o que significa dizer que o mesmo abre-se com um leque de possibilidades para questões clássicas inerente à Justiça, comportando debates sobre tema e autores de nomeada, e nos trazem questões a partir das quais as práticas jurídicas vem sendo alimentadas em busca das soluções de suas necessidades práticas cotidianas. E é por isso mesmo, que nós enquanto operadores do Direito e da Justiça e do Ensino Jurídico, temos muito interesse nesses debates. Enfim, não é por outras razões que esse GT é sempre um dos mais concorridos, e com muitos enfoques sobre esses assuntos... Dito isso, cabe de imediato ressaltar que não por acaso o mesmo reuniu e contou com a presença de 19 trabalhos muito interessantes e que estiveram fundamentados em autores como John Rawls, Robert Alexy, Axel Honneth e Amartia Sen, dentre outros. Assim como trazendo temas clássicos dentre os quais vale citar, "a interpretação do Direito e a decisão jurídica", "a lógica do razoável como método de interpretação", "aspectos constitucionais da educação", "o meio ambiente como um Direito fundamental" e as "discussões dos Ministros do STF a respeito das questões relacionadas as pessoas Autistas". Sobre esse importante tema, dentre outras coisas, foi defendido a realização de diagnósticos precoces, a atualização das normas jurídicas existentes, a concretização de políticas públicas efetivas, o cuidado para que não sejam prejudicados em filas de espera e de modo muito significativo avanços dos aspectos constitucionais da educação para essas pessoas. Por derradeiro, pode-se dizer a partir das justificativas que levaram a realização desse Conpedi virtual, estão as necessidades

O PAPEL DA LIBERDADE NA DINÂMICA POPULACIONAL E SEGURANÇA ALIMENTAR: UMA ANÁLISE DO RELATÓRIO ODS 2024 DO ESTADO DO PARÁ À LUZ DE AMARTYA SEN.

THE ROLE OF FREEDOM IN POPULATION DYNAMICS AND FOOD SECURITY: AN ANALYSIS OF THE SDG REPORT 2024 OF THE STATE OF PARÁ IN LIGHT OF AMARTYA SEN.

Alberto de Moraes Papaléo Paes ¹
Michele Ticiane dos Anjos Santos Mendes ²
Flavia Isadora Ribeiro Gomes ³

Resumo

A presente pesquisa estabelece uma análise da intrínseca relação entre o nono capítulo da obra de Amartya Sen, "Desenvolvimento como Liberdade" (2010), e as constatações apresentadas no Relatório Voluntário do Pará de 2024. O objetivo central reside em desvendar como a liberdade individual influencia a dinâmica populacional e a segurança alimentar no contexto específico do estado do Pará. A lente teórica utilizada para esta investigação é a perspectiva de Sen sobre a liberdade não apenas como um fim em si mesmo, mas também como o principal meio para alcançar o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões. A metodologia empregada neste estudo adota uma abordagem mista, combinando uma minuciosa revisão bibliográfica da obra de Sen (2010) com uma análise documental aprofundada do Relatório do Pará (2024). Os resultados preliminares desta investigação apontam para a significativa importância da liberdade individual, com um destaque especial para o papel da autonomia e agência das mulheres, na promoção de um desenvolvimento sustentável e na moderação das taxas de crescimento populacional. Evidencia-se que as políticas e ações governamentais em curso no Pará, direcionadas para áreas cruciais como educação de qualidade, acesso universal à saúde, promoção da igualdade de gênero e fortalecimento do desenvolvimento social, contribuem de maneira substancial para o avanço deste processo. A pesquisa sugere que o investimento na liberdade individual capacita os cidadãos paraenses a fazerem escolhas mais informadas e a participarem ativamente na

Palavras-chave: Liberdade, Dinâmica populacional, Segurança alimentar, Desenvolvimento humano, Políticas públicas

Abstract/Resumen/Résumé

This research establishes an analysis of the intrinsic relationship between the ninth chapter of Amartya Sen's work, "Development as Freedom" (2010), and the findings presented in the Pará Voluntary Report of 2024. The central objective is to unravel how individual freedom influences population dynamics and food security in the specific context of the state of Pará. The theoretical lens used for this investigation is Sen's perspective on freedom not only as an end in itself, but also as the main means to achieve development in its multiple dimensions. The methodology employed in this study adopts a mixed approach, combining a thorough bibliographic review of Sen's work (2010) with an in-depth documentary analysis of the Pará Report (2024). The preliminary results of this investigation point to the significant importance of individual freedom, with a special emphasis on the role of women's autonomy and agency, in promoting sustainable development and moderating population growth rates. It is clear that the government policies and actions currently underway in Pará, which target crucial areas such as quality education, universal access to health care, the promotion of gender equality and the strengthening of social development, contribute substantially to the advancement of this process. The research suggests that investing in individual freedom empowers Pará citizens to make more informed choices and to actively participate in building a more prosperous and food-secure future for the region.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Freedom, Population dynamics, Food security, Human development, Public policies

INTRODUÇÃO

Em um mundo marcado por disparidades socioeconômicas e desafios ambientais cada vez mais complexos, a busca por desenvolvimento humano sustentável tem se tornado uma prioridade na agenda global. O conceito de desenvolvimento humano, introduzido por Amartya Sen, vai além das métricas tradicionais de crescimento econômico, como o Produto Interno Bruto (PIB), e coloca a liberdade individual, em suas diversas dimensões, como o cerne do processo de desenvolvimento. O capítulo 9 do livro "Desenvolvimento como Liberdade" (Sen, 2010), intitulado "População, alimento e liberdade", aborda a intrincada relação entre dinâmica populacional, segurança alimentar e desenvolvimento humano, defendendo que a liberdade individual é crucial para o enfrentamento dos desafios relacionados ao crescimento populacional e ao acesso à alimentação. Sen contrapõe a visão malthusiana clássica, que prevê a escassez de alimentos em decorrência do crescimento populacional, à perspectiva da liberdade, que reconhece o papel do empoderamento individual, da educação e do desenvolvimento social na moderação do crescimento populacional e na garantia da segurança alimentar.

Nesse contexto, o Relatório Local Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Estado do Pará (Pará, 2024) apresenta um panorama abrangente das ações governamentais voltadas à promoção do desenvolvimento humano no estado, em alinhamento com a Agenda 2030 da ONU. O relatório destaca os avanços nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, saúde, educação, igualdade de gênero, infraestrutura e meio ambiente, entre outras, demonstrando o compromisso do governo paraense com a construção de uma sociedade mais justa, próspera e sustentável.

O estado do Pará, situado na região amazônica brasileira, apresenta desafios específicos relacionados à dinâmica populacional, segurança alimentar e desenvolvimento humano. As dimensões continentais do estado, a rica diversidade sociocultural e os desafios para a preservação ambiental exigem abordagens específicas para a promoção do desenvolvimento sustentável.

As políticas públicas implementadas pelo governo do Pará, e apresentadas no Relatório (Pará, 2024), buscam integrar as dimensões econômica, social e ambiental, com foco na promoção da liberdade individual e na garantia dos direitos humanos. A erradicação da pobreza, a segurança alimentar, a saúde, a educação, a igualdade de gênero e a preservação ambiental são eixos prioritários na agenda governamental, em consonância com a Agenda 2030 da ONU. Nesse sentido é possível formular o Problema de Pesquisa a partir do seguinte questionamento: Como a liberdade individual, em suas diversas dimensões, contribui para o enfrentamento dos desafios relacionados à dinâmica populacional e à segurança alimentar no contexto do estado do Pará?

Constituem Objetivos desta pesquisa: a) Analisar a relação entre o capítulo 9 do livro de Amartya Sen (2010) e o Relatório do Pará (Pará, 2024), buscando compreender como a liberdade individual, em suas diversas dimensões, pode contribuir para o enfrentamento dos desafios relacionados à dinâmica populacional e segurança alimentar no contexto paraense; b) Identificar as ações governamentais no Pará que promovem a liberdade individual e a segurança alimentar, em consonância com a perspectiva de Sen; c) Discutir as implicações da perspectiva da liberdade para a formulação e implementação de políticas públicas no Pará, com foco na Agenda 2030 da ONU.

A pesquisa utilizará uma abordagem qualitativa, combinando elementos de revisão bibliográfica e análise documental. O referencial teórico será o capítulo 9 do livro "Desenvolvimento como Liberdade" (Sen, 2010), que aborda a relação entre população, alimento e liberdade. O documento principal a ser analisado será o Relatório Local Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Estado do Pará (Pará, 2024).

A análise dos documentos será realizada a partir da perspectiva da liberdade, buscando interpretar as ações governamentais no Pará à luz dos conceitos e argumentos de Amartya Sen. A análise buscará interpretar os dados e informações contidos no Relatório do Pará (Pará, 2024), identificando as ações governamentais que promovem a liberdade individual e a segurança alimentar, em consonância com a perspectiva de Sen.

O referencial teórico da pesquisa será o capítulo 9 do livro "Desenvolvimento como Liberdade" (Sen, 2010), que aborda a relação entre população, alimento e liberdade. Amartya Sen argumenta que a liberdade individual, em suas diversas dimensões, é crucial para o enfrentamento dos desafios relacionados ao crescimento populacional e ao acesso à alimentação. O autor destaca o papel da educação, especialmente das mulheres, na redução das taxas de fertilidade, e a importância do desenvolvimento social e econômico na garantia da segurança alimentar. Sen também critica as políticas de controle populacional coercitivas, que violam os direitos individuais e podem ter consequências negativas para o desenvolvimento humano.

Espera-se que a pesquisa contribua para a compreensão do papel da liberdade individual na promoção do desenvolvimento humano sustentável no estado do Pará, em consonância com a Agenda 2030 da ONU. A análise do capítulo 9 do livro de Sen (2010) e do Relatório do Pará (Pará, 2024) permitirá identificar as ações governamentais que promovem a liberdade individual e a segurança alimentar, e discutir as implicações da perspectiva da liberdade para a formulação e implementação de políticas públicas no estado.

O texto será organizado em seções, com o objetivo de apresentar uma análise clara e abrangente da relação entre o capítulo 9 do livro de Sen (2010) e o Relatório do Pará. A introdução apresenta o contexto da pesquisa, o problema de pesquisa, os objetivos, a metodologia, o referencial teórico, os resultados esperados e a estrutura do texto.

As seções subsequentes analisarão a relação entre o capítulo 9 do livro de Sen e o relatório do Pará, buscando interpretar as ações governamentais no estado à luz da perspectiva da liberdade. A seção "A Perspectiva Malthusiana e o Papel da Liberdade" discutirá a crítica de Sen à teoria malthusiana e sua defesa da liberdade individual como elemento central para o enfrentamento dos desafios relacionados à dinâmica populacional e segurança alimentar.

A seção "O Caso do Pará" analisará o Relatório do Pará (Pará, 2024), buscando identificar as ações governamentais que promovem a liberdade individual e a segurança alimentar, em consonância com a perspectiva de Sen (2010). A seção "Conclusões" sintetizará os principais resultados da pesquisa, e discutirá as implicações da perspectiva da liberdade para a formulação e implementação de políticas públicas no Pará.

1. A PERSPECTIVA MALTHUSIANA E O PAPEL DA LIBERDADE

A relação entre população, desenvolvimento e liberdade individual é um tema complexo e multifacetado, que tem sido objeto de debate há séculos. O capítulo 9 de "Desenvolvimento como Liberdade" (Sen, 2010) e o texto "A Teoria Malthusiana da População e o Iluminismo" (Lima, 2018) nos convidam a uma profunda reflexão sobre essa temática, revelando a importância da liberdade individual na busca por um desenvolvimento sustentável e questionando visões simplistas e reducionistas sobre o crescimento populacional.

Historicamente, a questão populacional tem sido permeada por visões pessimistas e alarmistas, como a teoria Malthusiana, que prediz um futuro de fome e miséria em decorrência do crescimento populacional desenfreado. No entanto, Sen (2010) e Lima (2018) nos instigam a transcender essa perspectiva limitada, reconhecendo o papel crucial da inovação tecnológica, da organização social e, principalmente, da liberdade individual na construção de um futuro mais promissor.

A crença de que o aumento populacional é uma ameaça inevitável à segurança alimentar desconsidera a capacidade humana de adaptação, inovação e superação. Ao longo da história, a humanidade tem demonstrado sua habilidade em transformar desafios em oportunidades, desenvolvendo novas tecnologias e implementando políticas públicas que permitem a produção de alimentos em escala cada vez maior.

Sen (2010) argumenta que a liberdade individual, em especial das mulheres, é um fator crucial na moderação do crescimento populacional. O acesso à educação, saúde, emprego e participação política empodera as mulheres, proporcionando-lhes autonomia e conhecimento para fazerem escolhas reprodutivas mais conscientes e responsáveis.

Lima (2018) complementa essa perspectiva, destacando a visão dos iluministas, que acreditavam na capacidade humana de superar os desafios impostos pelo crescimento populacional por meio da razão, da ciência e da tecnologia. Os iluministas defendiam a liberdade individual e a igualdade social, e acreditavam que o progresso humano era ilimitado.

É interessante notar que a perspectiva de Sen e dos iluministas se contrapõe à visão de Malthus, que defendia medidas coercitivas de controle populacional. Sen (2010) critica essas medidas, argumentando que elas violam a liberdade individual e os direitos humanos. Ele defende que a educação, a saúde e o empoderamento das mulheres são as chaves para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a moderação do crescimento populacional.

Lima (2018) também questiona a validade da teoria Malthusiana, destacando que ela se baseia em uma visão estática da capacidade humana de produção de alimentos. O autor argumenta que a inovação tecnológica e a organização social podem permitir a produção de alimentos em escala suficiente para atender às necessidades de uma população crescente.

Em suma, o capítulo 9 de "Desenvolvimento como Liberdade" (Sen, 2010) e o texto "A Teoria Malthusiana da População e o Iluminismo" (Lima, 2018) nos convidam a repensar a relação entre população, desenvolvimento e liberdade. Os autores argumentam que a liberdade individual, especialmente das mulheres, é um fator crucial para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a moderação do crescimento populacional. Eles questionam as visões simplistas e reducionistas sobre o crescimento populacional, e nos instigam a acreditar na capacidade humana de superar os desafios por meio da razão, da ciência e da tecnologia.

A liberdade individual, em especial das mulheres, é um fator crucial para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a moderação do crescimento populacional. O acesso à educação, saúde, emprego e participação política empodera as mulheres, proporcionando-lhes autonomia e conhecimento para fazerem escolhas reprodutivas mais conscientes e responsáveis.

Sen (2010) argumenta que a liberdade individual está intrinsecamente ligada à capacidade de uma pessoa de viver uma vida plena e realizar seus objetivos. Ele destaca que o desenvolvimento deve ser entendido como um processo de expansão das liberdades individuais, e não apenas como um aumento da renda ou da riqueza.

Lima (2018) complementa essa perspectiva, enfatizando a importância da liberdade individual na visão dos iluministas, que acreditavam na capacidade humana de superar os desafios por meio da razão, da ciência e da tecnologia.

É importante notar que a ênfase na liberdade individual se contrapõe à visão de Malthus, que defendia medidas coercitivas de controle populacional. Sen (2010) critica essas medidas, argumentando que elas violam a liberdade individual e os direitos humanos. Ele defende que a

educação, a saúde e o empoderamento das mulheres são as chaves para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a moderação do crescimento populacional.

Lima (2018) também questiona a validade da teoria Malthusiana, destacando que ela se baseia em uma visão estática da capacidade humana de produção de alimentos. O autor argumenta que a inovação tecnológica e a organização social podem permitir a produção de alimentos em escala suficiente para atender às necessidades de uma população crescente.

A liberdade individual, especialmente das mulheres, é essencial para que as pessoas possam exercer plenamente sua autonomia e participar ativamente do desenvolvimento social. O conceito de liberdade defendido por Sen engloba a capacidade das pessoas de fazerem escolhas significativas sobre suas vidas, livres de restrições impostas pela pobreza, pela tirania, pela falta de oportunidades e por outros fatores que limitam a ação humana.

As mulheres, em particular, enfrentam desafios específicos que muitas vezes restringem sua liberdade e suas oportunidades. A discriminação de gênero, a violência doméstica, a falta de acesso à educação e saúde, e a desigualdade no mercado de trabalho são alguns dos obstáculos que impedem que as mulheres alcancem seu potencial máximo.

Investir na educação e no empoderamento das mulheres é fundamental para quebrar o ciclo de pobreza e promover o desenvolvimento sustentável. Quando as mulheres têm acesso à educação e a oportunidades de trabalho, elas contribuem ativamente para o crescimento econômico e para o bem-estar social. Além disso, o empoderamento feminino está diretamente ligado à redução das taxas de natalidade e à promoção da saúde materno-infantil.

É crucial que as políticas públicas levem em conta a perspectiva de gênero e promovam a igualdade de oportunidades. A liberdade individual, especialmente das mulheres, é um motor fundamental para o desenvolvimento humano e para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

A partir da década de 1980, o Brasil viu emergir um conjunto de políticas públicas voltadas para as mulheres, impulsionadas pela redemocratização e pela crescente organização do movimento feminista. O texto de Barsted (1994) oferece um panorama abrangente destas políticas, evidenciando avanços e desafios na busca pela igualdade de gênero e pela garantia da liberdade individual das mulheres.

O Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), criado em 1983, marcou um passo importante na atenção à saúde da mulher, especialmente no que tange à saúde reprodutiva. O PAISM, incorporado ao INAMPS em 1986, buscou ampliar o acesso das mulheres aos serviços de saúde, incluindo planejamento familiar e atenção ao pré-natal, parto e puerpério. No entanto, Barsted (1994) aponta para as dificuldades na implementação do programa, especialmente em relação à garantia do direito ao planejamento familiar.

A criação das Delegacias de Atendimento às Mulheres vítimas de violência, em 1985, foi uma conquista importante no combate à violência contra a mulher. Essas delegacias especializadas visavam oferecer um atendimento mais humanizado e qualificado às mulheres em situação de violência, além de facilitar a denúncia e a punição dos agressores. A autora destaca a importância da pressão do movimento feminista na criação dessas delegacias e na inclusão na Constituição Federal de dispositivos que coíbem a violência doméstica.

A Constituição de 1988 trouxe avanços significativos em relação aos direitos trabalhistas das mulheres, como a licença-maternidade e a igualdade de direitos entre homens e mulheres no mercado de trabalho. No entanto, Barsted (1994) ressalta que a discriminação contra as mulheres no mercado de trabalho persiste, especialmente em relação à dupla jornada de trabalho e à desigualdade salarial.

A redemocratização e a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985, abriram espaço para uma maior participação das mulheres na formulação e implementação de políticas públicas. O CNDM, composto por representantes do governo e do movimento feminista, teve um papel importante na articulação das demandas das mulheres e na promoção da igualdade de gênero.

Barsted (1994) conclui que, apesar dos avanços conquistados, as políticas públicas para as mulheres no Brasil ainda enfrentam desafios importantes. A persistência da violência contra a mulher, a discriminação no mercado de trabalho e as dificuldades na implementação de políticas de saúde reprodutiva são alguns dos obstáculos a serem superados.

Período	Política Pública	Descrição	Resultados e Desafios
1983	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM)	Ampliar o acesso das mulheres aos serviços de saúde, incluindo planejamento familiar e atenção ao pré-natal, parto e puerpério. Oferecer um atendimento mais humanizado e qualificado às mulheres em situação de violência, além de facilitar a denúncia e a punição dos agressores.	Dificuldades na implementação, especialmente em relação à garantia do direito ao planejamento familiar.
1985	Delegacias de Atendimento às Mulheres vítimas de violência		Melhoria no atendimento às mulheres em situação de violência, mas ainda persistem desafios na prevenção e combate à violência.
1985	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)	Criado para articular as demandas das mulheres e na promoção da igualdade de gênero.	Espaço de diálogo entre governo e movimento feminista, mas com desafios em relação à sua autonomia e continuidade.
1988	Constituição Federal	Garantia de direitos trabalhistas como licença-maternidade e igualdade de direitos entre homens e mulheres no mercado de trabalho.	Avanços em relação aos direitos trabalhistas, mas a discriminação contra as mulheres no mercado de trabalho persiste.

Década de 1980	Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher	Criação de conselhos para promover e acompanhar as políticas públicas para mulheres em nível estadual e municipal.	Fortalecimento da participação das mulheres na formulação e acompanhamento de políticas públicas, mas com desafios em relação à sua efetividade e continuidade.
A partir de 1985	Abrigos, centros de orientação jurídica à mulher vítima de violência e cursos sobre direitos da mulher em academias de polícia	Ampliação da rede de apoio às mulheres em situação de violência.	Melhoria no atendimento e apoio às mulheres em situação de violência, mas ainda persistem desafios em relação à sua abrangência e efetividade.

Fonte: Barsted, 1994.

A autora destaca a importância da articulação entre o movimento feminista, as ONGs e o Estado na promoção da igualdade de gênero e na garantia da liberdade individual das mulheres. O empoderamento das mulheres, por meio do acesso à educação, saúde, emprego e participação política, é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

É crucial que as políticas públicas levem em conta a perspectiva de gênero e promovam a igualdade de oportunidades. A liberdade individual, especialmente das mulheres, é um motor fundamental para o desenvolvimento humano e para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

2. O CASO DO PARÁ

O Relatório Local Voluntário (RLV) 2024 sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no estado do Pará é um documento que apresenta um panorama das ações, programas e projetos implementados pelo governo estadual no ano de 2023, em consonância com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

A Agenda 2030, adotada pelos países membros da ONU em 2015, é um plano de ação global para alcançar o desenvolvimento sustentável até 2030. Ela é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que abordam diversas dimensões do desenvolvimento, como erradicação da pobreza, segurança alimentar, saúde, educação, igualdade de gênero, meio ambiente e instituições eficazes. O Relatório Local Voluntário (RLV) é um instrumento de prestação de contas que permite aos governos locais compartilhar informações sobre seus esforços para alcançar os ODS. O estado do Pará aderiu ao Movimento Voluntary Local Review em 2019, comprometendo-se a apresentar relatórios anuais sobre o progresso na implementação da Agenda 2030.

O RLV 2024 é o quinto relatório publicado pelo governo do Pará, dando continuidade a uma série de publicações anuais que acompanham o alinhamento do Plano Plurianual (PPA) estadual com os ODS. O PPA é o principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo, definindo as diretrizes e ações a serem implementadas ao longo de um período de quatro anos. A elaboração do RLV 2024 envolveu diversas secretarias e órgãos do governo estadual, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (Seplad). O documento apresenta as principais entregas e serviços oferecidos à população paraense em 2023, organizados de acordo com os 17 ODS.

O relatório destaca os avanços do estado em áreas como a redução do desmatamento, a expansão do acesso à água potável e saneamento, a melhoria dos indicadores de saúde e educação, e a promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável. Além disso, o documento apresenta os desafios que ainda precisam ser enfrentados, como a persistência da pobreza, a desigualdade social e a necessidade de fortalecer a gestão ambiental.

O RLV 2024 utiliza uma série de indicadores para monitorar o progresso do estado em relação às metas dos ODS. Os indicadores são selecionados com base em sua relevância para o contexto local e sua disponibilidade de dados. O relatório também apresenta um quadro de metas ODS, com as realizações do governo estadual em 2023. O Relatório Local Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Estado do Pará, Ano 2024, é um documento abrangente que fornece um panorama das ações governamentais voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável no estado, em consonância com a Agenda 2030 da ONU.

O Relatório do Pará (2024) apresenta um panorama abrangente das ações governamentais voltadas à promoção do desenvolvimento humano no estado, em consonância com a Agenda 2030 da ONU. O relatório destaca os avanços nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, saúde, educação, igualdade de gênero, infraestrutura e meio ambiente, entre outras, evidenciando o compromisso do governo paraense com a construção de uma sociedade mais justa, próspera e sustentável.

Em relação à segurança alimentar, o relatório destaca os investimentos na agricultura familiar, na produção de alimentos e no combate à fome e à desnutrição. O Programa "Pará Mulheres 360°" (p. 72) e o Programa "Creche por Todo Pará" (p. 54) são exemplos de iniciativas que promovem a autonomia das mulheres e o acesso à educação, em consonância com a perspectiva de Sen sobre o papel da liberdade na dinâmica populacional.

Com base no Relatório do Pará (2024), o governo do estado do Pará tem demonstrado um forte compromisso com a promoção da liberdade individual e da segurança alimentar, alinhado com a perspectiva de Sen (2010). As ações governamentais visam garantir que todos os cidadãos,

especialmente os mais vulneráveis, tenham acesso a alimentos seguros e nutritivos, além de promover a autonomia e o empoderamento.

O relatório destaca diversas iniciativas que refletem essa abordagem. O Programa "Pará Mulheres 360°" e o Programa "Creche por Todo Pará" são exemplos de ações que promovem a autonomia das mulheres e o acesso à educação, reconhecendo o papel crucial da liberdade feminina na dinâmica social e no desenvolvimento. Além disso, os investimentos na agricultura familiar e na produção de alimentos demonstram o compromisso do governo em fortalecer a segurança alimentar e nutricional da população.

A análise do Relatório do Pará (2024) revela que o governo estadual está implementando políticas públicas que buscam garantir o acesso universal ao sistema de proteção social, priorizando os mais vulneráveis. Essas ações incluem programas de transferência de renda, como o Programa Bora Belém, que oferece auxílio financeiro a famílias em situação de vulnerabilidade social, e o Programa Água Pará, que assegura o pagamento do consumo mensal de água para famílias inscritas no Cadastro Único.

Além disso, o governo estadual está investindo na ampliação e modernização da infraestrutura de saneamento básico, com foco na captação, tratamento e distribuição de água potável. Essas ações visam garantir o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento, promovendo a saúde pública e a segurança alimentar e nutricional.

No âmbito da agricultura, o governo do Pará criou a Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SEAF) para contribuir com o aumento da produtividade agrícola, a geração de renda para os agricultores e a melhoria da segurança alimentar. As ações da SEAF incluem a distribuição de insumos e materiais essenciais para a produção, o fomento à mecanização de áreas de agricultura familiar e a promoção de sistemas sustentáveis de produção de alimentos.

Em relação à igualdade de gênero, o governo estadual tem implementado programas como o Pará Mulheres 360°, que visa promover a autonomia das mulheres e combater a violência de gênero. O programa inclui ações como o Observatório de Políticas Públicas para Mulheres, o "+ Saúde Mulher" e o "Autonomia Econômica e Empreendedorismo Sustentável", que buscam garantir o acesso a serviços de saúde de qualidade, promover a autonomia econômica das mulheres e combater a pobreza e a discriminação no mercado de trabalho.

No campo da educação, o governo do Pará tem investido em programas como o Programa Creche por Todo Pará, que visa apoiar e fortalecer a educação infantil nos municípios, e o Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE), que beneficia alunos em todas as regiões do estado. Essas ações visam garantir o acesso à educação de qualidade e promover o desenvolvimento integral na primeira infância, em consonância com a perspectiva de Sen sobre o papel da liberdade na dinâmica populacional.

Com base no Relatório do Pará (2024), o governo do estado do Pará tem implementado diversos programas que se relacionam com a teoria do desenvolvimento de Amartya Sen. A seguir, será apresentada uma análise de como cada programa se alinha com os conceitos e ideias defendidos por Sen (2010):

1. Programa Bora Belém: O Programa Bora Belém é um programa de transferência de renda que oferece auxílio financeiro a famílias em situação de vulnerabilidade social. Essa iniciativa se relaciona com a teoria de Sen ao promover a liberdade como desenvolvimento. Sen argumenta que a pobreza é uma forma de privação de liberdade, pois limita as capacidades das pessoas de realizar suas potencialidades. Ao fornecer um auxílio financeiro, o Programa Bora Belém aumenta a liberdade econômica das famílias, permitindo que elas tenham acesso a necessidades básicas como alimentação, moradia e saúde. Além disso, o programa contribui para o cumprimento das metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1, que visa erradicar a pobreza em todas as suas formas. Ao fornecer um apoio financeiro direto às famílias vulneráveis, o programa busca reduzir a proporção de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, tanto em termos monetários quanto não monetários.
2. Programa Água Pará: O Programa Água Pará assegura o pagamento do consumo mensal de água para famílias inscritas no Cadastro Único e beneficiárias de programas sociais. Essa iniciativa se relaciona com a teoria de Sen ao reconhecer o papel da segurança alimentar e nutricional como um direito humano fundamental. Sen argumenta que o acesso à água potável e ao saneamento básico é essencial para a saúde pública e para a qualidade de vida da população. Ao garantir o acesso à água potável para famílias em situação de vulnerabilidade, o Programa Água Pará promove a saúde pública, a segurança alimentar e nutricional, e a inclusão social. Além disso, o programa contribui para o alcance da meta 1.4 do ODS 1, que busca garantir o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento básico.
3. Programa Recomeçar: O Programa Recomeçar oferece auxílio financeiro a famílias que enfrentam dificuldades socioeconômicas causadas por eventos climáticos extremos, como enchentes e secas. Essa iniciativa se relaciona com a teoria de Sen ao destacar a importância da resiliência e da capacidade de adaptação como dimensões do desenvolvimento humano. Sen argumenta que o desenvolvimento deve buscar reduzir a vulnerabilidade das pessoas a choques e desastres, sejam eles econômicos, sociais ou ambientais. Ao fornecer um apoio financeiro às famílias afetadas por eventos climáticos extremos, o Programa Recomeçar contribui para a reconstrução de suas vidas e para a promoção da inclusão social.

4. Programa Sua Casa: O Programa Sua Casa garante o acesso à moradia digna para famílias vulneráveis, oferecendo concessão de benefícios econômicos para a construção, reforma, ampliação ou melhoria de unidades habitacionais. Essa iniciativa se relaciona com a teoria de Sen ao reconhecer a moradia como um direito humano fundamental e um componente essencial do desenvolvimento humano. Sen argumenta que a moradia adequada é fundamental para a saúde, segurança e bem-estar das pessoas, além de contribuir para a promoção da inclusão social e a construção de comunidades mais resilientes e sustentáveis. O Programa Sua Casa busca garantir o acesso à moradia digna para famílias vulneráveis, contribuindo para a redução da pobreza não monetária e para a promoção da igualdade.
5. Programa Creche por Todo Pará: O Programa Creche por Todo Pará visa apoiar e fortalecer a educação infantil nos municípios, beneficiando famílias, principalmente mães trabalhadoras em situação de vulnerabilidade social. Essa iniciativa se relaciona com a teoria de Sen ao destacar o papel da educação infantil como um investimento no desenvolvimento humano e na promoção da igualdade de oportunidades. Sen argumenta que a educação infantil de qualidade é essencial para o desenvolvimento integral das crianças, preparando-as para o ensino fundamental e para a vida em sociedade. Além disso, a educação infantil pode promover a autonomia das mulheres, permitindo que elas conciliem o trabalho com o cuidado dos filhos.
6. Programa Pará Mulheres 360°: O Programa Pará Mulheres 360° abrange um conjunto de projetos prioritários para qualificar o atendimento às mulheres em seus diversos territórios, promovendo a igualdade de gênero e o empoderamento feminino. Essa iniciativa se relaciona com a teoria de Sen ao reconhecer o papel central das mulheres como agentes de transformação social e a importância de garantir seus direitos e oportunidades. Sen argumenta que a igualdade de gênero não é apenas um fim em si mesma, mas também um meio para alcançar o desenvolvimento sustentável e a justiça social. [Sen, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Companhia de Bolso, 2010.] O Programa Pará Mulheres 360° busca eliminar todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas, combater a violência de gênero e promover a autonomia econômica e o empoderamento feminino.
7. Programa Qualifica Pará: O Programa Qualifica Pará oferece cursos de qualificação profissional voltados às demandas do mercado de trabalho e às necessidades regionais. Essa iniciativa se relaciona com a teoria de Sen ao destacar a importância da educação profissional e do desenvolvimento de competências para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo. Sen argumenta que a educação profissional pode aumentar a produtividade dos trabalhadores, melhorar suas oportunidades de emprego e promover a inclusão social. [Sen, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Companhia de Bolso,

2010.] O Programa Qualifica Pará busca oferecer aos trabalhadores as habilidades necessárias para competir no mercado de trabalho, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico e a promoção da inclusão social.

8. Programa Forma Pará: O Programa Forma Pará oferece cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnológica) em parceria com Instituições de Ensino Superior (IESs), Prefeituras e Associações Municipais. Essa iniciativa se relaciona com a teoria de Sen ao destacar a importância do acesso ao ensino superior como um direito e uma oportunidade de desenvolvimento. Sen argumenta que o ensino superior pode ampliar as capacidades das pessoas, aumentar suas oportunidades de emprego e contribuir para o desenvolvimento social e econômico. [Sen, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Companhia de Bolso, 2010.] O Programa Forma Pará busca democratizar o acesso ao ensino superior, oferecendo cursos de graduação em todos os municípios do estado e priorizando as demandas regionais.

Em suma, os programas implementados pelo governo do Pará demonstram um alinhamento com a teoria do desenvolvimento de Amartya Sen, que enfatiza a importância da liberdade individual, das capacidades humanas e da justiça social. As iniciativas visam expandir as oportunidades das pessoas, reduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento sustentável, reconhecendo o papel central dos indivíduos como agentes de transformação social.

Conclusões

A análise do capítulo 9 do livro de Amartya Sen e do Relatório do Pará (2024) evidencia a importância da liberdade individual, em suas diversas dimensões, para o enfrentamento dos desafios relacionados à dinâmica populacional e à segurança alimentar. As ações governamentais no Pará, voltadas à promoção da educação, da saúde, da igualdade de gênero e do desenvolvimento social, contribuem para a construção de uma sociedade mais justa, próspera e sustentável, em consonância com a perspectiva de Sen.

Para demonstrar se e como os objetivos propostos foram atingidos, alguns tópicos de análise podem ser propostos, que serão apresentados na forma de texto corrido, buscando articular os temas de forma assertiva e descritiva:

1. Análise da relação entre as ações governamentais no Pará e as metas da Agenda 2030 da ONU:

O Relatório do Pará (2024) demonstra um esforço significativo do governo estadual em alinhar suas ações com a Agenda 2030 da ONU, um plano de ação global para o desenvolvimento sustentável. A análise das ações governamentais revela uma abordagem abrangente, que contempla diversas metas dos ODS, como a erradicação da pobreza (ODS 1), a fome zero e agricultura sustentável (ODS 2), saúde e bem-estar (ODS 3), educação de qualidade (ODS 4), igualdade de gênero (ODS 5) e água limpa e saneamento (ODS 6).

No entanto, é importante ressaltar que a efetividade dessas ações na contribuição para o alcance das metas da Agenda 2030 pode variar. Alguns programas, como o "Bora Belém" e o "Água Pará", apresentam resultados promissores na redução da pobreza e na garantia do acesso a serviços básicos. Outras iniciativas, como os investimentos na agricultura familiar e na promoção da autonomia das mulheres, demonstram um potencial significativo para impulsionar o desenvolvimento sustentável e a igualdade de gênero.

Ainda assim, é fundamental identificar possíveis lacunas nas ações governamentais em relação a alguma meta da Agenda 2030. Por exemplo, o relatório poderia aprofundar a análise das ações voltadas para o ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima) e o ODS 14 (Vida na água), detalhando os investimentos em energias renováveis, a gestão dos recursos hídricos e a conservação dos ecossistemas marinhos e costeiros.

2. Avaliação do impacto das ações governamentais na promoção da liberdade individual:

A perspectiva da liberdade, defendida por Amartya Sen, é um fio condutor que permeia diversas ações governamentais no Pará. O Relatório (2024) destaca iniciativas que buscam expandir as capacidades das pessoas e garantir sua autonomia, como o acesso à educação, saúde, saneamento básico e moradia digna.

O Programa "Pará Mulheres 360º", por exemplo, promove a liberdade das mulheres ao oferecer qualificação profissional, apoio ao empreendedorismo e ações de combate à violência de gênero. Essas iniciativas visam empoderar as mulheres e garantir sua participação plena na vida social, econômica e política.

No entanto, é crucial analisar criticamente se as ações governamentais são eficazes em alcançar todos os grupos da população, especialmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade. O relatório poderia aprofundar a discussão sobre como as políticas públicas estão sendo adaptadas para atender às necessidades específicas de povos indígenas, comunidades quilombolas, pessoas com deficiência e população em situação de rua.

Além disso, é importante estar atento a possíveis efeitos colaterais negativos das ações governamentais na liberdade individual. Por exemplo, políticas de segurança pública que não

respeitem os direitos humanos ou projetos de desenvolvimento que causem o deslocamento forçado de comunidades tradicionais podem restringir a liberdade de determinados grupos da população.

3. Análise da relação entre as ações governamentais e a segurança alimentar:

A segurança alimentar é um tema central no Relatório do Pará (2024), refletindo o compromisso do governo estadual em garantir o acesso de todos os cidadãos a alimentos seguros e nutritivos. As ações governamentais abrangem diferentes dimensões da segurança alimentar, como a disponibilidade, o acesso, a utilização e a estabilidade dos alimentos.

Os investimentos na agricultura familiar, por meio da distribuição de insumos, assistência técnica e regularização fundiária, visam aumentar a produção de alimentos e fortalecer a economia local. Programas como o "Banco de Alimentos" e o "Restaurante Prato Popular" buscam garantir o acesso à alimentação adequada para famílias em situação de insegurança alimentar.

No entanto, é importante reconhecer que a garantia da segurança alimentar para toda a população do Pará ainda enfrenta desafios significativos. O relatório aponta que uma parcela considerável dos domicílios no estado ainda apresenta algum grau de insegurança alimentar. Além disso, é preciso considerar os impactos das mudanças climáticas, do desmatamento e da expansão da fronteira agrícola sobre a produção de alimentos e a segurança alimentar das comunidades tradicionais.

4. Discussão das implicações da perspectiva da liberdade para a formulação e implementação de políticas públicas:

A perspectiva da liberdade, defendida por Amartya Sen, oferece um arcabouço teórico valioso para a formulação e implementação de políticas públicas mais eficazes e justas. Ao colocar a liberdade individual no centro do processo de desenvolvimento, essa abordagem destaca a importância de garantir que as pessoas tenham a capacidade de fazer escolhas significativas sobre suas vidas e de participar ativamente da construção de seu futuro.

A participação social e o controle democrático são elementos cruciais para a implementação de políticas públicas que promovam a liberdade e a justiça social. O Relatório do Pará (2024) demonstra o compromisso do governo estadual com a participação da sociedade civil em diversos conselhos e fóruns de discussão. No entanto, é fundamental aprofundar os mecanismos de participação e controle social, garantindo que a voz dos cidadãos seja ouvida e considerada na formulação e implementação das políticas públicas.

A promoção do desenvolvimento humano sustentável no Pará é um desafio complexo, que exige a articulação de diferentes políticas públicas, o envolvimento de diversos atores sociais e a consideração das especificidades do contexto local. A perspectiva da liberdade, ao enfatizar o papel central da autonomia, das capacidades e dos direitos individuais, oferece um caminho promissor para a construção de um futuro mais justo, próspero e sustentável para todos os paraenses.

A Pesquisa evidencia a importância da liberdade individual, em suas diversas dimensões, para o enfrentamento dos desafios relacionados à dinâmica populacional e à segurança alimentar. As ações governamentais no Pará, voltadas à promoção da educação, da saúde, da igualdade de gênero e do desenvolvimento social, contribuem para a construção de uma sociedade mais justa, próspera e sustentável, em consonância com a perspectiva de Sen.

5. Resultados:

Os principais resultados da pesquisa podem ser sistematizados nos seguintes pontos:

- A perspectiva da liberdade, defendida por Amartya Sen, oferece um arcabouço teórico robusto para a análise da relação entre dinâmica populacional, segurança alimentar e desenvolvimento humano.
- A liberdade individual, em suas diversas dimensões, é um fator crucial para o enfrentamento dos desafios relacionados ao crescimento populacional e ao acesso à alimentação.
- As políticas públicas implementadas pelo governo do Pará, e apresentadas no Relatório (PARÁ, 2024), buscam promover a liberdade individual e garantir os direitos humanos, em consonância com a Agenda 2030 da ONU.
- O Relatório do Pará (2024) destaca avanços significativos nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, saúde, educação, igualdade de gênero, infraestrutura e meio ambiente.
- O governo do Pará tem implementado programas de transferência de renda, ampliado o acesso a serviços de saúde e educação, promovido a agricultura familiar e adotado medidas para combater a violência de gênero e garantir a segurança alimentar.

Com base nesses resultados, algumas medidas podem ser tomadas pelo governo do estado do Pará para aprimorar ainda mais suas políticas e ações:

- **Fortalecer a integração das políticas públicas:** A pesquisa evidencia a interconexão entre as diversas dimensões do desenvolvimento humano. O governo do Pará pode aprofundar a integração entre suas políticas e programas, buscando sinergias e potencializando os resultados. Por exemplo, ações de promoção da igualdade de gênero podem ser articuladas

com programas de segurança alimentar e geração de renda, visando o empoderamento integral das mulheres.

- **Ampliar a participação social:** A perspectiva da liberdade destaca a importância da participação da sociedade civil na formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas. O governo do Pará pode criar e fortalecer mecanismos de participação social, como conselhos, fóruns e audiências públicas, garantindo que a voz dos cidadãos seja ouvida e considerada nas decisões governamentais.
- **Aprofundar a análise dos dados e indicadores:** O Relatório do Pará (2024) apresenta um conjunto abrangente de dados e indicadores sobre o desenvolvimento humano no estado. O governo do Pará pode aprofundar a análise desses dados, buscando identificar tendências, desafios e oportunidades para aprimorar suas políticas e ações.
- **Priorizar os grupos mais vulneráveis:** A pesquisa destaca a necessidade de atenção especial aos grupos mais vulneráveis da população, como povos indígenas, comunidades quilombolas, pessoas com deficiência e população em situação de rua. O governo do Pará pode intensificar seus esforços para garantir que esses grupos tenham acesso igualitário aos serviços públicos e às oportunidades de desenvolvimento.
- **Promover a educação ambiental:** A conscientização sobre a importância da preservação ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais é fundamental para garantir um futuro sustentável para o Pará. O governo do Pará pode investir em programas de educação ambiental, buscando envolver a sociedade civil na proteção do meio ambiente.
- **Fortalecer a cooperação interinstitucional:** O enfrentamento dos desafios do desenvolvimento humano requer a articulação entre diferentes órgãos e esferas de governo, além da parceria com organizações da sociedade civil, setor privado e instituições internacionais. O governo do Pará pode fortalecer a cooperação interinstitucional, buscando construir redes de colaboração que potencializem os resultados das ações governamentais.

Ao adotar essas medidas, o governo do estado do Pará estará contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, próspera e sustentável, onde a liberdade individual seja o alicerce do desenvolvimento humano.

Referências

ABELLA, Claudia Liliana Bedoya. Amartya Sen y el desarrollo humano. *Memorias*, v. 8, n. 13, p. 277-288, 2010.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Boitempo editorial, 2019.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Em busca do tempo perdido: mulher e políticas públicas no Brasil, 1983-1993. *Estudos Feministas*, 1 Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 38-54, 1994.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 63, p. 07-20, 2002.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista estudos feministas*, v. 15, p. 291-308, 2007.

HAMILTON, Lawrence. *Amartya Sen*. John Wiley & Sons, 2019.

LIMA, Gustavo Libório Rocha. A teoria malthusiana da população e o iluminismo. In: Laboratório de Economia: Monografias 2017. Brasília: PET Economia UnB, 2018, p. 105-113.

MASCARENHAS, Diego Fonseca et al. Minimum Price Guarantee for Sociobiodiversity Products in Pará, Brazil. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 28, n. 6, p. e240186, 2024.

PAES, Alberto de Moraes Papaléo. Dez ensaios sobre fundamentos do direito: uma fundamentação objetiva e sistemática sobre o conhecimento jurídico. Editora Dialética, 2023.

Pará. (2024). Relatório Local Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Estado do Pará, Ano 2024. Belém: Secretaria de Estado de Planejamento e Administração.

SEN, Amartya. A ideia de justiça. Editora Companhia das Letras, 2011.

SEN, Amartya. Comportamento econômico e sentimentos morais. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 103-130, 1992.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. *Lua Nova: revista de cultura e política*, p. 313-334, 1993.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Editora Companhia das Letras, 2010.